



percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DOCENTE PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NUMA PERSPECTIVA ANTI-RACISTA

Ayana Kissi Meira de Medeiros
SME/SP – EMEF José Carlos de Figueiredo Ferraz
ayana.medeiros@gmail.com

Resumo: A temática étnico-racial, ainda que marginalizada na Geografia e em outros âmbitos escolares e acadêmicos, é essencial para a compreensão do espaço vivido e de todas as relações internas, externas e subjetivas que se reproduzem neste. Tomando como ponto de análise o Brasil, país miscigenado, composto por grande maioria de pretos e pardos (IBGE), negligenciar ou marginalizar a raça é deixar de fazer Geografia. Neste trabalho é proposto pensar a profissão docente no âmbito intelectual, como grande causadora de transformações. Neste sentido, será apresentada algumas práticas pedagógicas por mim vivenciadas em sala de aula que culminaram com o fechamento do ano letivo na construção de um “Mural da Resistência Negra” advindo de uma sequência didática que se inicia logo no primeiro bimestre e que tem como metodologia uma pesquisa de campo no mês de novembro de 2019.

Palavras-chave: raça; Geografia profissão docente; práticas pedagógicas.

Introdução

As leis que alteraram a LDB (nos anos 2003 e 2005) sobre a obrigatoriedade em ensinar a história da África e dos africanos e a história dos índios e mesmo o processo de luta travado para a evidenciação destas necessidades na educação, permitiram pensar o quanto a ciência ignorou, ou mesmo subjugou, os negros e os povos indígenas.

De acordo com Diogo Cirqueira (2015), o pensamento geográfico nunca deixou de lado as questões relativas à racialidade, contudo, deixou-as de forma implícita ou invisibilizada, logo, geógrafos têm buscando como referência para as suas argumentações, autores da antropologia, história e sociologia (JACKSON, 1987 in: Cirqueira,2015). Assim,

quando falamos em poder, podemos associar diretamente ao conhecimento, e a geografia, portanto, é atravessada “por relações de poder que invisibilizam esta questão” (Cerqueira, 2015).

Em uma analogia ao raciocínio de Milton Santos, (1978 – Por Uma geografia Nova) podemos compreender a racialidade como uma marca espacial que possui funções e formas, inserida no espaço-tempo, em que os processos do passado e do presente acarretam na evidência deste fenômeno, que não é novo, mas que ressurgiu de um apagamento histórico-geográfico, o que Santos denomina de forças atuantes, logo, a escola, o professor de Geografia tem importante papel em estar abordando em suas práticas pedagógicas a *raça*. Cabe ao professor acreditar, estabelecer relações para tornar suas teorias em práticas transformadoras, num constante esforço de raciocínio e de criatividade.

Raffestin observou que a Geografia está associada ao conhecimento que os homens têm dessa realidade que chamamos de espaço logo, poderosos são aqueles que descrevem o mundo da forma como eles mesmos querem que o seja.

De fato as questões que envolvem a racialidade, invisibilizadas na construção inicial do pensamento geográfico, são reflexos do racismo institucionalizado em nosso país. Não só na Geografia como em outras ciências, imagens negativas do negro associadas e limitadas ao período da escravidão trouxeram consequências drásticas com relação a identidade e ao pertencimento, afinal a visão de mundo de um grupo étnico voltada a algo pejorativo constitui um problema para ele, é o que Anthony Appiah (2012) chama de processo de desonra, segundo ele, a escravidão promoveu essa experiência de desonra aos africanos diante do mundo e de si próprios. Desse modo, construir uma outra leitura de mundo após séculos de apagamento das diversas contribuições dos povos africanos para o conhecimento científico e popular não é uma tarefa que se resolve de um dia para o outro.

Há muitas maneiras de se ensinar uma Geografia que busque resgatar os conhecimentos de origem africana, rompendo com o eurocentrismo desenfreado que permeia os âmbitos sócio escolares. Todavia, o trabalho docente deve ser encarado como causador de mudanças. Para isso, o professor precisa ter como pressuposto ideais e práticas antirracistas, disso envolve, a capacidade de criar e planejar aulas com este viés e nem todos os docentes têm em mente a ideia de que são intelectuais e capazes de causar significativas transformações. Isto não é apenas uma crítica aos professores, mas também, uma crítica a

sociedade que não percebe a figura do professor como um intelectual. Isto se materializa quando os mesmos estão lutando por seus direitos trabalhistas, por meio de greves e reivindicações por melhores salários. Infelizmente, a sociedade não os valoriza como trabalhadores intelectuais que são. Os mesmos são confundidos com operários, cuidadores, psicólogos, mediadores de conflito, doutrinadores e poucas vezes como cientistas, pensadores, sábios, etc.

Acreditar no campo pedagógico como possível causador de transformações na sociedade é bem defendido por Giroux. Em sua crítica aos estudiosos radicais e mesmo aos conservadores, o autor analisa o fato de as escolas serem vistas como agências de reprodução social, produzindo trabalhadores obedientes para o capital industrial. Contudo, enfatiza que “o conhecimento escolar geralmente é desconsiderado como uma forma de ideologia burguesa; e os professores são com frequência retratados como estando presos em um aparelho de dominação que funciona com toda a precisão de um relógio suíço” (GIROUX, 1997). Tal análise permite refletir que não é por estarmos num sistema educacional que obriga a passar conteúdos específicos aos educandos, que não podemos utilizar nossa capacidade intelectual a fim de transformar o *status quo*.

Penteado aponta que, “o Estado assumindo papel de agente interventor, normalizador da ordem, em suas políticas educacionais tenta mascarar os sistemas de relações sociais que dividem a sociedade” (PENTEADO, 2005). Luckesi (1992) ao abordar a questão do planejamento, observa que a atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem os meios para atingi-los é uma ação ideologicamente comprometida não possui caráter de neutralidade. Com estes apontamentos compreendemos o planejamento como um ato político, dotado de intencionalidades, fato que contribui para estarmos assumirmos, na posição de docentes, um posicionamento político-social. Em acordo com Saviani, “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2000, p.17).

Na prática, quando estabelecemos relações por meio de didática que confrontam epistemologias, currículos, entre outras ferramentas do sistema, estamos utilizando de nada mais, nada menos do que uma pedagogia histórico-crítica, assim como a qual Dermeval Saviani tanto questionava: o pomo da discórdia, a discussão entre competência técnica e compromisso político. Esta discórdia fundamenta o papel docente na formação de sujeitos

históricos, atendendo a estas duas imprescindíveis ações - ter a competência técnica, mas também o compromisso político.

(...) a competência técnica é uma das (não a única) formas através das quais se realiza o compromisso político. Isto significa que ela permite (entre outras condições) efetuar a passagem entre o horizonte político (o compromisso político pensado como uma possibilidade delineada no horizonte) e o compromisso político assumido na nossa prática profissional cotidiana. A competência técnica é, pois, necessária, embora não suficiente, para efetivar na prática o compromisso político assumido teoricamente (p.120).

Com relação a temática étnico-racial, estes dois ‘pomos da discórdia’ devem estar atrelados com o objetivo comum: a superação do racismo, a luta antirracista. Ora, tais objetivos exigem técnicas e compromissos políticos importantes, mas será que os professores estão empenhados em assumir? Muito se fala da falta de material e de formação continuada para discutir a temática negra ou indígena. Todavia, os materiais estão cada vez mais acessíveis e os cursos de extensão se fazem cada vez mais presentes, fora isto, ainda temos algumas produções audiovisuais capazes de fomentar os debates.

O movimento negro, responsável pelas mudanças educacionais na LDB que inclusive culminou com a instituição da lei 10.639/2003, tem inúmeras contribuições para a dinamização dos saberes emancipatórios, o que é fundamental para transformar a sociedade. Acerca disto, Nilma Lino Gomes, uma das expoentes do movimento negro educador observa:

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esses movimentos sociais ressignificam e politizam a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (2017, p. 21).

Ao falar sobre o negro brasileiro na escola, a importância biológica acaba tendo um peso maior sobre a social, sendo reproduzido em muitos espaços - desde a sala de aula à sala dos professores -, a ideia de que “somos todos iguais”. Por que será que encontramos esta resistência em admitir as desigualdades raciais em nossa sociedade?

Lélia Gonzalez (1988) observou que há dois tipos de racismo no mundo, um que quer reafirmar a superioridade do branco, mantendo a sua pureza, este presente em sociedades germânicas e anglo-saxônicas e, um outro, chamado de racismo disfarçado, que se aplica ao Brasil, onde há teorias de miscigenação com assimilação de uma democracia racial, fazendo parte de um discurso nacionalista criado em meio ao século XIX para unificar o país e

mascarar o racismo no Brasil. Assim, tendo estas ideologias muito presentes na contemporaneidade é um desafio ser geógrafo no Brasil no sentido de combater estas ideologias que de certa forma estão impregnadas em muitos espaços.

Desse modo, politizar o conceito de raça é um caminho para compreender que se trata de um conceito social e não apenas biológico (darwinismo), é isto que intelectuais negros em sua maior parte tenta fundamentar. A própria Geografia tem um debate interessante neste assunto, Renato Emerson dos Santos (2011) explica:

(...) quando falamos em “negros”, remetemos diretamente à ideia de uma comunalidade, se não biológica, de origem histórico-geográfica: África. Quando falamos em “brancos”, o mesmo se repete, com a ideia de uma origem que remete a Europa. O mesmo para “índios”, associados à América; “amarelos”, associados à Ásia. Estes referenciais são absolutamente fruto de distorções, são construções artificiais que servem para produzir visões de mundo, visões do outro, orientar e regula comportamentos e relações – e, aqui, estamos mais especificamente falando do padrão de relações raciais brasileiros”. (SANTOS, 2011, p.10)

Quando relacionamos o lugar do negro e do branco as relações são respectivamente, África e Europa, periferia e centro ou empregado e patrão. Referente a cultura também temos o mesmo sentido, a cultura periférica é uma cultura marginalizada comparada como cultura de bandido e subjugada a termos pejorativos, como cultura de “favelado”. Enquanto ao referenciarmos a cultura dos brancos os valores ficam atrelados a termos nobres, como “clássico” e “erudito”. Corroborando com Santomé (1995), “culturas minoritárias e ou marginalizadas continuam a ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas para anular as possibilidades de reação” ou seja, é mais uma forma de inferiorizar a cultura dos negros e o seu desempenho na sociedade.

Com base neste conhecimento acerca da marginalização do debate étnico racial, busca-se evidenciar, algumas práticas que foram realizadas com as turmas de 7os anos do Ensino Fundamental II na E.M.E.F José Carlos de Figueiredo Ferraz.

Sempre que possível, no decorrer das aulas, tenho fundamentado a temática étnico-racial. No primeiro bimestre trabalhamos com a diversidade cultural brasileira, portanto, um tema totalmente voltado as origens étnicas que constituíram o Brasil, tema que teve como suporte pesquisas e seminários protagonizadas pelos educandos. No segundo bimestre, o conteúdo foi voltado para a dinâmica populacional brasileira, com isto trabalhamos com indicadores sociais e mesmo com algumas dificuldades em encontrar material com

fundamento ou recorte racial, foi dialogado como a população negra se encontrava nesta dinâmica, os métodos utilizados foram charges, gráficos e mapas.

Mais diretamente no terceiro bimestre, a temática racial se fez mais presente, pois promovi aulas voltadas a desigualdade racial. Por meio da exibição de produções audiovisuais conseguimos aprofundar algumas reflexões acerca da resistência dos negros a anos de opressão, com a exibição completa do curta “Vista a Minha Pele” e trechos do filme “Os Panteras Negras”. O último bimestre, marcado pela feriado “20 de novembro”, que marca as lutas travadas pelo povo negro, “deu brecha” para pensarmos na relação da população com o feriado sobre a “consciência negra”. Foi neste sentido que surgiu a ideia de realizar um trabalho de campo a fim de buscarmos referências de pessoas negras que remetem a palavra “Resistência”. Em anexo, segue o plano de aula que culminou com a construção de um “Memorial da Resistência Negra”. Além da pesquisa de campo refletimos, por meio de uma pesquisa sobre “Expressões Racistas”, as origens de expressões racistas e a importância destas saírem de nosso vocabulário.

De maneira geral, este ano foi importante por estar pautando a racialidade em meio ao epistemicídio acerca da razão negra (Mbembe, 2014), estar indo de contra a este movimento é estar fazendo uma Geografia verdadeira que inclui e não marginaliza os agentes espaciais bem como suas inscrições na espacialidade, permitindo visibilidade, valorizando a luta dos ancestrais – lutas anti-racistas- , promovendo continuidade a este elemento que é crucial para evoluirmos enquanto sociedade [democrática].

Plano de Aula: Semana da Consciência Negra
Docente: Ayana Kissi Meira de Medeiros
Contexto da produção: individual
<i>I. Sequência Didática referente ao dia da Consciência Negra</i>
<i>II. Dados de Identificação:</i> Instituição: EMEF José Carlos de Figueiredo Ferraz Disciplina: Geografia Período: manhã. Turmas: 7º anos
<i>III. Tema:</i> Resistências Negras e Expressões Racistas que devem sair do seu vocabulário

IV. Objetivos:

Objetivo geral: Coletar dados de pessoas negras que remetem a palavra resistência / Refletir sobre a origem de expressões racistas

Objetivos específicos: refletir sobre a palavra resistência, pesquisar a vida das pessoas negras citadas / pesquisar a origem das expressões racistas

V. Conteúdo:

- Pesquisa de campo, discussão dos temas, apuração dos dados pesquisados em campo, pesquisa sobre a vida da pessoa citada em campo, pesquisa das expressões racistas, confecção do mural da resistência, confecção de cartazes com as expressões racistas

VI. Desenvolvimento do tema:

- Parte 1

1ª aula: discussão e reflexão da palavra resistência, e instruções para a pesquisa de campo

2ª aula: pesquisa de campo

3ª aula: organização dos dados coletados e solicitação de pesquisa sobre as pessoas negras que foram citadas na pesquisa

4ª aula: Pesquisa no laboratório de informática referente a um resumo da vida da pessoa citada no campo

4ª aula: com as imagens das pessoas citadas em campo, reescrita de um resumo da vida da pessoa para colocar no mural

- Parte 2

1ª aula: discussão da origem de algumas expressões racistas e solicitação de pesquisa sobre este tema

2ª e 3ª aula: mais debates acerca das expressões racistas

5ª aula: confecção de cartazes com as expressões pesquisadas

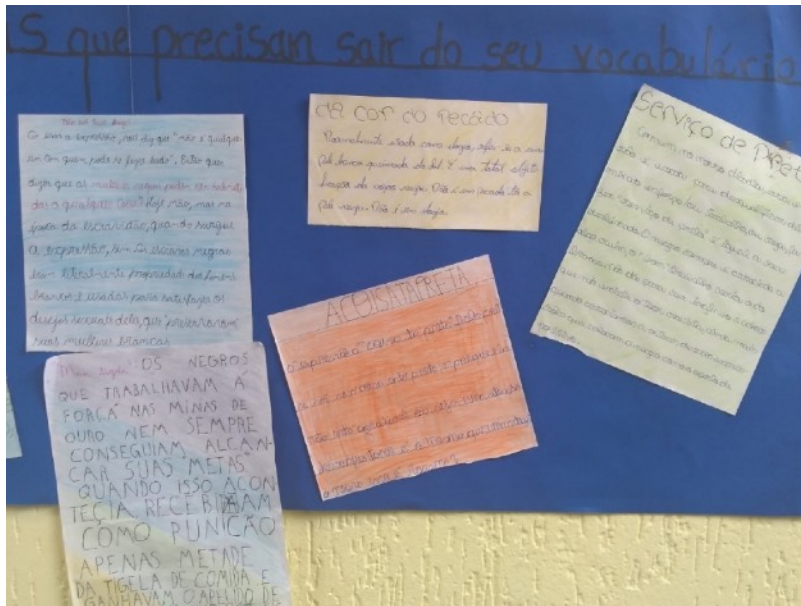
Objetivo da aula:

- Parte 1: ressaltar as pessoas negras que são referências na luta contra o racismo, contribuir para a representatividade do negro que muitas vezes é subjugado, silenciado e invisibilizado como uma tentativa de produzir identidade as outras pessoas negras.

- Parte 2: refletir e ressignificar expressões de origem racistas . Como exemplo a expressão “A coisa está preta” que é utilizada de modo pejorativo (ruim) e que tem sido ressignificada como algo bom. Em bimestre anteriores, vimos a letra da música do rapper Rincón Sapiência “A Coisa tá preta” em que o mesmo a ressignifica de uma forma muito positiva.

VII. Recursos didáticos: Lousa e computadores do laboratório de informática

Anexos:



Referências:

- APPIAH, Anthony Kwame. **Código de Honra: Como Ocorrem as Revoluções Morais**. Trad. Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. *Inscrições da Racionalidade no Pensamento Geográfico (1880-1930)*. Niterói: [s.n.]. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2015.
- GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.
- LUCKESI, C. C. Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. In: **O diretor articulador do projeto da escola**. BORGES, Silva Abel. São Paulo, 1992. FDE. Diretoria Técnica. Série Idéias nº 15.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- PENTEADO, Valéria de Souza. Plano de curso, plano de ensino ou plano de aula, que planejamento é esse? – **Seminário Nacional – Estado e Políticas Sociais no Brasil**: Paraná, 2005.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.), **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 159-177.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, Renato Emerson dos. **A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação**. Revista Tamoios. Ano VII. Nº1, 2011.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, SP: Autores associados, 2011.